

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



## EFICÁCIA IMEDIATA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES NEGOCIAIS ATÍPICAS

Pesquisador(es): CARNIATO, Daniela Lavina

Instituição de Ensino Superior/Curso: Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc),  
Curso de Mestrado Acadêmico em Direito

Área: Área da Ciência Jurídica

**Introdução:** O trabalho trata da eficácia de direitos fundamentais nas relações negociais entre particulares regidas pela ordem jurídica pátria, com destaque para os negócios jurídicos atípicos e a teoria direta ou imediata, tendo em vista as relações negociais cada vez mais múltiplas e potencialmente atípicas no contexto da sociedade pós-moderna globalizada. Enfrenta o problema do suposto esvaziamento da autonomia privada decorrente de tal fenômeno, uma das maiores objeções apresentadas sobretudo à teoria da eficácia direta. **Objetivo:** O objetivo geral é verificar se a incidência de direitos fundamentais nas relações negociais atípicas efetivamente pode resultar, como o problema de pesquisa indica, em uma supressão da autonomia privada. Os objetivos específicos são: examinar a conexão dos negócios jurídicos atípicos com a autonomia privada; esclarecer o fenômeno da vinculação dos particulares a direitos fundamentais; e aprofundar o papel dos direitos fundamentais nas relações horizontais nos casos de inércia do legislador infraconstitucional. **Método:** A construção argumentativa é feita por meio do raciocínio indutivo, com o emprego das técnicas bibliográfica (literatura de autores brasileiros e estrangeiros) e documental (legislação) e da abordagem qualitativa. **Resultados:** Os principais resultados indicam que os direitos fundamentais incidem sobretudo nos planos da validade e da eficácia dos negócios jurídicos; no plano da validade, a incidência é predominantemente indireta, enquanto que no plano da eficácia há uma tendência de aplicação indireta aos negócios típicos, e de aplicação direta aos negócios atípicos; ao incidirem nos planos da validade e da eficácia, os direitos fundamentais podem funcionar tanto como meio de reconhecimento dos negócios jurídicos quanto como possíveis limitadores da

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



autonomia privada, embora não seja sempre que o direito fundamental colidente terá precedência sobre a autonomia privada. **Conclusão:** O estudo demonstra não ser adequado afirmar que a vinculação dos particulares a direitos fundamentais ocasiona, em abstrato, o esvaziamento da autonomia privada, dado que, além de tais direitos ampararem o próprio reconhecimento dos negócios jurídicos atípicos, que são a manifestação máxima da autonomia privada negocial, os embates entre direitos fundamentais e a autonomia privada são resolvidos como colisão de princípios, mediante o procedimento da ponderação, que varia caso a caso.

**Palavras-chave:** Autonomia privada. Negócios jurídicos atípicos. Pós-modernidade. Teoria da eficácia imediata.

**E-mails:** dani\_carniato@hotmail.com.

